

CARTA DE FRANCA

Profissionais de Saúde Pública representando mais de 150 municípios do Estado de São Paulo, além de 20 municípios dos Estados de MG, MS, MT, PR, RJ, RS, GO e DF, reunidos em Franca - SP, de 29/05 a 01/06/96, no III EPATESPO - Encontro Paulista de Administradores e Técnicos do Serviço Público Odontológico - II Congresso Paulista de Odontologia em Saúde Coletiva, realizados pela Prefeitura Municipal de Franca e promovidos pela Secretaria de Estado da Saúde, com o apoio do CONASS, CONASSEMS, COSEMS-SP, APSP, CEBES, ABOPREV, APCD-Central, APCD-Regional de Franca e CROSP-Regional de Franca, discutiram o tema Central **“Modelos de Atenção em Saúde Bucal: Município, Universidade e Sociedade Enfrentando Desafios”**.

Durante as atividades estiveram em debates 62 experiências relacionadas às ações desenvolvidas no âmbito dos serviços públicos, institutos de pesquisa e universidades.

Ao final do Encontro, os participantes, em número de 489, consideraram necessário afirmar que:

- os coordenadores municipais de saúde bucal tenham seu perfil definido em fóruns regionais de discussão para manter o processo de reorientação do Modelo de Atenção em Saúde Bucal voltado para a promoção da saúde, através da expansão dos programas coletivos de prevenção, educação e assistência individual com a incorporação e formação de pessoal auxiliar odontológico (Técnicos em Higiene Dental - THD e Atendentes de Consultório Dentário - ACD);
- a Secretaria de Estado da Saúde – Direções Regionais, através do Projeto Larga Escala, garanta aos Municípios possibilidades de viabilizar a formação e incorporação do pessoal auxiliar odontológico;
- as autoridades escolares e de saúde de nível local criem condições para uma melhor integração das ações coletivas de saúde no planejamento escolar;
- se adotem políticas de incentivo às programações de saúde, incluindo a saúde bucal, que diminuam os agravos à saúde e assegurem a universalização da assistência;
- as autoridades públicas e todos os níveis de governo cumpram a lei e respeitem as deliberações das Conferências e Conselhos de Saúde, considerando-se inaceitável a imposição de planos, programas e projetos elaborados em gabinetes os quais são desprovidos da necessária legitimidade;
- se ampliem os espaços de discussão nas diferentes instâncias colegiadas de direção do Sistema Único de saúde (SUS), visando o controle social das políticas de saúde bucal definidas nas Conferências de saúde;
- se garantam espaços de participação aos profissionais de saúde pública nas discussões com relação à proposta da Norma Operacional Básica em estudo (NOB/96), para definir políticas de financiamento para saúde bucal que privilegie critérios epidemiológicos e a expansão dos procedimentos coletivos, sem prejuízo das atividades assistenciais;
- sejam promovidos seminários em instâncias loco-regionais dirigidos aos prefeitos eleitos, com finalidade de apresentar as Diretrizes da Política de Saúde Bucal no Estado de São Paulo aprovadas em dezembro de 1995 pelo Conselho Estadual de Saúde, instância de máxima deliberação do SUS-SP;

- os municípios procurem-se adequar e intensifiquem a luta para se enquadrarem na modalidade de gestão semi-plena viabilizando sua transformação de prestador em gestor do Sistema Local de Saúde;
- as ações e serviços de saúde bucal sejam integrados nas demais práticas de saúde coletiva, vinculando suas atividades às Unidades de Saúde;
- as três esferas de Governo-Municipal, Estadual e Federal assegurem no mínimo 10% dos seus respectivos orçamentos ao Setor Saúde;
- os recursos do Fundo Nacional de Saúde sejam transferidos diretamente para o Fundo Municipal de saúde, modificando os critérios atualmente baseados em dados de produção, para os critérios já estabelecidos em Lei que privilegiam, entre outros, aspectos demográficos e epidemiológicos;
- a Universidade, cujo papel é estratégico na formação de recursos humanos para o SUS, busque referenciar suas ações nos problemas enfrentados pelo serviço público. Isso significa, entre outros aspectos, reorientar o ensino de graduação e pós-graduação e incorporar em suas atividades a formação de pessoal odontológico;
- parcerias envolvendo a Universidade e o setor privado são tão importantes para o desenvolvimento de pesquisas voltadas á comunidade, mas isso não deve implicar desobrigação do Poder Público no financiamento dos setores de educação, ciência e tecnologia;
- as atividades extra-muros, realizadas pela Universidade não se restrinjam a mero estágio supervisionado reproduzindo o enfoque clínico-biologicista das ações intra-muros, mas se desenvolvam a partir de referenciais filosóficos balizados nos princípios de Reforma Sanitária Brasileira;
- sejam adotados pelas diversas esferas de governo planos de cargos, carreiras e salários nos setores de saúde e Educação que assegurem dignidade e valorização dos trabalhadores destes segmentos;
- é urgente a criação de espaços de integração interdisciplinar no âmbito da Universidade, com vistas à revisão de suas práticas atualmente dissociadas e estanques. Tal integração é indispensável para a articulação das ações das Universidades, aproximando-as das entidades e movimentos de saúde;
- a falta de saúde e o medo de adoecer da população devem ser tratados com respeito, não sendo admissível que sejam objeto de manipulação demagógica com fins eleitorais. Não se pode tolerar que a dramática situação que penaliza diariamente milhares de pessoas seja matéria prima de propaganda político-partidária que insulta a consciência dos profissionais de saúde e agride os cidadãos brasileiros.

MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO

Os participantes do III EPATESPO recomendam a criação de consórcios inter-municipais que garantam a implantação de serviços especializados e formação de recursos humanos multidisciplinares, para o atendimento dos segmentos populacionais habitualmente esquecidos pelo poder público e sociedade – por exemplo: pacientes especiais, portadores de DST/AIDS e de outras doenças crônicas.

MOÇÃO DE APOIO

Os participantes do III EPATESPO, face á grave crise de financiamento do Setor Público de Saúde, manifestam o seu apoio à aprovação pelo Congresso Nacional de Projeto de Lei que institui CPMF. Entretanto, exigimos também que o Governo Federal aloque mais recursos do orçamento para o setor saúde, e que seja aprofundado o processo de descentralização do setor saúde.

MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO

Os participantes do III EPATESPO exigem que o Ministério da Saúde através da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária adote providências no sentido de impedir a comercialização de medicamentos que contenham Fluoreto de Sódio em localidades que já disponham de água fluoretada.

MOÇÃO DE APELO

Às autoridades públicas para que, ao designarem Coordenadores de Saúde Bucal, levem em conta a necessidade fundamental de formação técnico-científica específica desses profissionais.

MOÇÃO DE LOUVOR

Os participantes do III EPATESPO, manifestam seu louvor aos trabalhos da Comissão Organizadora do III EPATESPO, e em especial ao Dr. Máximo Marson Filho e à Prefeitura Municipal de Franca, pelo profissionalismo e competência na organização do evento.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Moção de repúdio à política salarial da Secretaria de Estado da Saúde, pelo descaso total com os profissionais de saúde ligados à rede estadual.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Que o plenário encaminhe moção de repúdio às autoridades Federal, Estadual e Municipal da área da saúde do Rio de Janeiro pela morte de pacientes idosos na Clínica Santa Genoveva na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Repudiamos o Plano de Assistência à Saúde (PAS) implantado no município de São Paulo de forma arbitrária, autoritária e excusa, sem respeitar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e as proposições estabelecidas pela Lei 8.080/90.